

Cultura escrita na escola primária: a circulação de livros didáticos para ensino de leitura (1928-1961)¹

Estela Natalina Mantovani Bertoletti*

Márcia Cabral da Silva**

Resumo:

Neste estudo, analisam-se a produção e a circulação de materiais didáticos para ensino de leitura e de escrita na escola primária no município de Paranaíba/MS entre 1928 e 1961, tendo como fontes principais os livros didáticos: cartilhas, paleógrafos, livros de leitura. Tratadas como um objeto complexo, resultado de um conjunto de relações, essas fontes são problematizadas em sua natureza e conforme os agentes sociais envolvidos. Com base no conceito de função (Choppin, 2004), analisa-se o investimento feito no período para se ensinar a ler e a escrever à luz desses dispositivos. Os resultados alcançados indicam que os livros didáticos circularam naquele contexto e conformaram amplamente a cultura escolar de Paranaíba/MS à época.

Palavras-chave:

Cultura escrita; livros didáticos; ensino de leitura; escola primária; Paranaíba/MS.

¹ Neste artigo, apresentam-se alguns dos resultados alcançados em pesquisa de pós-doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

* Doutorado em Educação (Unesp) (2006); Pós-doutorado em Educação Escolar (2011); Pós-doutorado em Educação (2014). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

** Doutorado em Teoria e História Literária (IEL/Unicamp) (2004). Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Written culture in elementary school: the circulation of textbooks for teaching reading (1928-1961)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti
Márcia Cabral da Silva

Abstract:

The study analyzed the production and circulation of materials for teaching reading and writing, which were disseminated in primary school in the municipality of Paranaíba, State of Mato Grosso do Sul, between 1928 and 1961. We considered as main sources of textbooks booklets, paleographers, reading books, examining them according to their nature and social agents involved. These sources are complex objects, the result of a set of relationships. It was considered the concept of function (Choppin, 2004) to analyze the investment that was made in the period, to teach reading and writing in the light of these devices. The results indicate that textbooks circulated in that context and broadly formed the school culture in Paranaíba at the time.

Keywords:

Written Culture; textbooks; reading instruction; primary school; Paranaíba/MS.

Cultura escrita en la escuela primaria: la circulación de libros didácticos para la enseñanza de lectura (1928-1961)

Estela Natalina Mantovani Bertoletti
Márcia Cabral da Silva

Resumen:

En este estudio se analizan la producción y circulación de materiales didácticos para la enseñanza de lectura y de escritura en la escuela primaria en el municipio de Paranaíba/ MS – Brasil, entre 1928 y 1961, teniendo como principales fuentes los libros didácticos: cartillas; paleógrafos; libros de lectura. Tratadas como un objeto complejo, resultado de un conjunto de relaciones, estas fuentes son problematizadas en su naturaleza y conforme los agentes sociales implicados. Con base en el concepto de función (Choppin, 2004), se analiza la inversión hecha en el período para enseñar a leer y escribir a la luz de estos dispositivos. Los resultados obtenidos indican que los libros didácticos circularon en aquel contexto y conformaron ampliamente la cultura escolar en Paranaíba/MS en la época.

Palabras clave:

Cultura Escrita; libros didácticos; enseñanza de lectura; escuela primaria; Paranaíba/MS.

Introdução

Desde a chegada dos jesuítas e a abertura da primeira escola de leitura, escrita e religião na Bahia, livros didáticos² têm circulado na escola brasileira³. Tornando-se componente fundamental da escola e do ensino, ou seja, parte de sua cultura, eles são utilizados ora como instrumentos ora como catalisadores do ensino de leitura e escrita⁴.

o livro didático instituiu-se, historicamente, bem antes [do] estabelecimento de programas e currículos mínimos como instrumento para assegurar a aquisição de saberes escolares, isto é, daqueles saberes e competências julgados indispensáveis à inserção das novas gerações na sociedade, aqueles saberes que a ninguém é permitido ignorar (Soares, 1996, p. 55).

Em vista disso, esses objetos podem ser considerados fonte privilegiada de acesso à “caixa preta” da escola. Sua centralidade e onipresença nas relações de ensino primário merecem interpretação e análise específicas, no sentido de recuperar saberes e competências consideradas formadoras em determinada época. Podemos, assim, contribuir para a produção de saberes sobre dispositivos de ensino e conformação das disciplinas escolares.

Tal como Viñao (2008), compreendemos que os livros didáticos são “ata fundacional” das relações de ensino, o que indica que eles funcionam não somente como mediadores da escolarização de saberes, mas também como produtores e condicionantes dos modos de organização das culturas escolares, das concepções pedagógicas e das maneiras de organização das práticas escolares, sendo objetos nucleares da cultura escrita na escola.

² Entre tantas opções vocabulares, neste artigo optamos pela expressão *livro didático* para denominar textos (impressos ou manuscritos) utilizados nas relações de ensino escolares. Tais textos são produzidos propositadamente para esse fim ou apropriados para esse ensino, seja pelo uso, seja por decisão administrativa, seguindo a tradição lexical das pesquisas brasileiras que têm optado pelo termo *livro didático*, conforme apontado por Choppin (2009).

³ De acordo com Pfromm Neto, Rosamilha e Dib (1974, p. 155), “A menção a livros enviados por D. João III aos meninos da escola da Bahia é, talvez, a mais antiga referência que existe, sobre livros escolares no Brasil”.

⁴ Para Munakata (2014), no período imperial brasileiro, o livro didático existia não somente na escola, mas também na sociedade e no mercado.

No entanto, nos estudos e pesquisas produzidos até os anos de 1980 no Brasil, prevaleceu certa negligência em relação a esse objeto, o que se deve possivelmente a um discurso frequente de rejeição do livro didático e de defesa de sua eliminação, discurso esse fundado, sobretudo, em análises da ideologia a ele subjacente. Com a viragem dos estudos históricos que, sob a influência da Nova História, estabelecem uma convergência com a História da Educação e com a constituição do campo da história do livro em geral, além do progresso das técnicas de organização e armazenamento de dados sobre o livro didático, houve um crescimento quantitativo das pesquisas e das reflexões sobre o tema. Assim, em vários países do mundo, dentre os quais o Brasil, constituiu-se desde então um novo campo de estudos e pesquisas (Choppin, 2002), no qual o livro didático assumiu centralidade como fonte e como objeto de estudos, passando a ser considerado como documento histórico não somente por seu conteúdo, mas também por sua influência na formação das mentalidades. Ou seja, passou a ser reconhecido como um produto cultural elaborado, fabricado, comercializado e consumido em um contexto dado, um instrumento de ensino indissociável de seu uso (Choppin, 2002).

Buscando contribuir para esse campo de estudos e compreendendo o livro didático como objeto resultante de um conjunto de relações (Choppin, 2002), temos por objetivo neste artigo analisá-lo como objeto da cultura escrita que circula na escola. O texto foi escrito com base no levantamento que vimos realizando dos materiais didáticos para o ensino de leitura que circularam na escola primária do município de Paranaíba⁵, localizado no estado de Mato Grosso (do Sul)⁶, entre os anos de 1928 e 1961. Estudamos, especificamente, duas escolas urbanas públicas em atividade nesses anos: Escolas Reunidas Sant'Anna de Paranaíba e o Grupo Escolar José Garcia Leal. Essas instituições foram nucleares na disseminação do ensino primário em Paranaíba e tiveram papel importante para o município e região.

⁵ Optamos pela denominação atual do município, antes Sant'Anna de Paranaíba, por termos considerado apenas as escolas primárias localizadas na atual porção territorial desse município que, no início do século XX, alcançava uma terça parte do atual estado de Mato Grosso do Sul.

⁶ No período abordado neste texto, Mato Grosso do Sul ainda não era um estado constituído, o que se deu somente em 1977, pela Lei Complementar nº 31. Optamos pela denominação entre parênteses porque Paranaíba localizava-se na parte sul do então estado de Mato Grosso.

1. O livro didático: objeto pedagógico e cultural

Como fonte historiográfica, ao contrário do que se pode supor, o livro didático não é um objeto simples ou banal. Dotado de riqueza e complexidade, a começar pela diversidade vocabular e instabilidade dos usos lexicais em cada época e lugar⁷, esse objeto apresenta problemas já em sua definição, ligados, sobretudo, à sua “natureza”.

A natureza da literatura escolar é complexa porque ela se situa no cruzamento de três gêneros que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo: de início, *a literatura religiosa* de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos “por pergunta e resposta”, que “retomam o método e estrutura familiar aos catecismos”; em seguida, *a literatura didática, técnica ou profissional* que se apossou progressivamente da instituição escolar, em épocas variadas – entre os anos de 1760 e 1830, na Europa – de acordo com o lugar e o tipo de ensino; enfim, *a literatura “de lazer”*, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas à qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais (Choppin, 2004, p. 552, *itálicos nossos*).

Em vista disso, torna-se difícil distinguir entre o que é propriamente “didático”, cuja gênese estaria ligada diretamente aos fins de ensino, e o que é “apropriado” para esses fins, mesmo que não tenha sido produzido com essa finalidade: catecismos, documentos de cartório, livros de leitura, livros literários, gramáticas, abecedários, folhetos, entre outros impressos ou manuscritos, convivem no processo de escolarização de saberes ao longo do tempo, desde o momento em que a escola foi institucionalizada como principal espaço social de educação. Além disso,

os livros didáticos nem sempre são livros, mas apresentam-se em diferentes suportes materiais; o texto didático nem sempre se restringe ao texto explicitamente elaborado e reproduzido tendo em vista um destino escolar; tampouco o texto didático é uniforme na maneira como se articula com o

⁷ A esse respeito, ver sobretudo: Choppin (2002, 2009).

trabalho de ensino e com a formação que pretende auxiliar (Batista & Galvão, 2009, p. 28).

Do mesmo modo, a “função” desses materiais pode oscilar em pelo menos quatro categorias, conforme Choppin (2004): referencial, instrumental, ideológica ou cultural e documental. Em primeiro lugar, o livro didático é um suporte curricular, ou seja, funciona como depositário dos conhecimentos que se acredita que os alunos devam aprender; em segundo, põe em prática métodos de aprendizagem, por meio de exercícios ou atividades; em terceiro, é um vetor essencial da língua, da cultura e dos valores vigentes e, em quarto, contém um conjunto de textos, cuja observação ou confrontação pode – se bem orientado – vir a desenvolver o espírito crítico do aluno. Assim, o livro didático não é apenas um produto pedagógico, mas também um objeto cultural que se situa no cruzamento entre cultura, escola e sociedade.

Dessa feita,

o livro didático desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura brasileira, das práticas de letramento e do campo da produção editorial e compreende, conseqüentemente, diferentes dimensões de nossa cultura, de suas relações com a escrita e com o letramento, assim como os processos sociais, culturais e econômicos de diferentes facetas da produção editorial brasileira significam também compreender o livro escolar brasileiro (Batista, 1999, p. 534).

Além disso, o caráter rico e complexo do livro didático reside na multiplicidade de agentes envolvidos em sua produção, circulação e consumo, já que ele se situa na articulação entre prescrições e normas, discurso do professor, atividades dos alunos, projeto de um autor e de um editor, dificuldades ou não de distribuição e tantas outras facetas. Assim, o livro didático faz parte de um circuito pedagógico e cultural, é produto de uma época e, como tal, revela o que essa época delegou à escola em seu projeto de nação. A escola, por sua vez, cria mecanismos de ação próprios para usar o livro didático, o que implica situá-lo entre as subordinações, transformações e tensões da produção cultural e da cultura escolar.

2. Escola primária em Paranaíba e livros didáticos

Segundo Campestrini (2002), a primeira escola pública de Paranaíba foi criada em 13 de agosto de 1838. Em 1872, porém, o analfabetismo na região atingia 73% dos 1.082 habitantes em idade escolar⁸, dos quais apenas 43 alunos frequentavam as aulas, ministradas por um professor. Em 1890, a taxa de alfabetização era de 14,5%⁹.

Em 1914 estão registradas duas escolas isoladas, nas quais estão lotados dois professores efetivos, custeados pelo estado de Mato Grosso (Album, 1914). Ao que tudo indica, até início dos anos de 1930, predominaram no município escolas isoladas com regência de um único professor em salas de múltiplas idades e fases escolares. Nesse período, de acordo com fontes orais coletadas¹⁰, circulavam as cartas de ABC para o ensino da leitura.

As cartas de ABC eram livretos que traziam o alfabeto escrito de várias formas, cartas de sílabas (compostas com segmentos de uma, duas ou três letras, em ordem alfabética) e cartas de nomes (em que eram apresentadas palavras cujas sílabas eram separadas por hífen), valorizando a grafia.

Em 1927, em decorrência da promulgação do *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*¹¹, Decreto n. 759, as escolas primárias de Mato Grosso foram reclassificadas: escolas isoladas rurais, escolas urbanas, cursos noturnos, grupos escolares, prevendo-se a criação de escolas reunidas. Por escolas reunidas compreendia-se a reunião, em um único prédio, de três ou mais escolas isoladas, a dois quilômetros de distância da sede municipal, com frequência total mínima de 80 alunos, em

⁸ A população total de Paranaíba, em 1872, segundo o censo nacional, era de 3.234 habitantes (Campestrini, 2002).

⁹ A população total de Paranaíba, em 1890, segundo o censo nacional era de 4.947 habitantes (Campestrini, 2002).

¹⁰ Para a coleta de dados, utilizamos procedimentos de levantamento, localização, recuperação, reunião e organização de fontes documentais escritas; realizamos também gravação de entrevistas com ex-professores e ex-alunos da escola primária de Paranaíba para a produção de fontes orais.

¹¹ O *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, de 22 de abril 1927, foi, segundo Alves (1994), o de mais longa duração, permanecendo até 1946, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Primário, de âmbito federal, pelo Decreto-Lei n. 8.529. Em âmbito estadual, o referido regulamento foi substituído somente em 24 de novembro de 1951, pela Lei n. 452, que, baseada na lei orgânica de 1946, reorganizou o ensino de Mato Grosso.

curso de três anos, com programa próprio, com no máximo sete classes e atendendo ao regimento dos grupos escolares (Mato Grosso, 1927a). Sua criação visava, de acordo com o *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, no Art. 21:

I – melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das salas escolares;

II – classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual;

III – facilitar e intensificar a inspeção (Mato Grosso, 1927a)¹²

Dessa feita, no final dos anos de 1920, as duas classes existentes em Paranaíba, uma masculina e uma feminina (Mato Grosso, 1928), foram agrupadas sob a denominação de Escolas Reunidas de Sant’Anna de Paranaíba¹³. Criada pelo Ato Presidencial n. 1360, de outubro de 1929, e instalada em primeiro de agosto de 1935 (Mato Grosso, 1943)¹⁴, essa escola funcionava em prédio alugado, custeado pelo estado de Mato Grosso¹⁵, com quatro classes: dois primeiros anos (um masculino e um feminino), um segundo e um terceiro (mistos). No quadro de funcionários, constam um porteiro-servente, um diretor-professor (geralmente, normalista) e outros dois professores (interinos, geralmente leigos). Segundo Sá e Sá (2011, p. 36-37),

A idéia da união das escolas isoladas na composição de escolas reunidas ou semigrupos vinha sendo defendida pelo professor paulista Waldomiro Campos, desde 1916. Em seu relatório, ele escreveu um apêndice intitulado “O grupo escolar e a escola reunida”, onde defendeu a escola graduada e considerou as reunidas como primeiro passo para a formação dos grupos escolares.

¹² Nessa e em todas as citações de fontes documentais mantivemos a ortografia de época.

¹³ Sobre a organização da educação escolar primária pública em Paranaíba, ver, sobretudo: Bertoletti (2013a).

¹⁴ Fontes documentais iconográficas revelam o funcionamento das Escolas Reunidas de Sant’Anna de Paranaíba já em 1928. Por outro lado, matéria publicada no jornal *Tribuna Livre* (Paranaíba) informa sobre seu funcionamento a partir de 1933.

¹⁵ Em alguns documentos, aparece a indicação do custeio pelo município. Até o momento, não sabemos precisar se houve oscilação na responsabilidade por esse pagamento ou não.

Os grupos escolares, previstos na legislação de Mato Grosso desde 1908, Lei n. 508, e normatizados no *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso*¹⁶, de 1910, tiveram implantação gradual e lenta. Cercada de disputas, sua instalação na maioria das cidades mato-grossenses foi bastante parcial, prevalecendo as escolas isoladas. Tanto é que a formação do primeiro Grupo Escolar em Paranaíba só se deu em 1945, com a transformação das Escolas Reunidas de Sant'Anna de Paranahyba no Grupo Escolar José Garcia Leal, instalado em prédio próprio. Nele, funcionavam inicialmente seis salas: três de primeiro ano (A, B e C) – uma mista, uma masculina e uma feminina – e três divididas em segundo, terceiro e quarto ano – todas mistas. O quadro de funcionários compunha-se de porteiro-servente, diretor, professores leigos e professores normalistas¹⁷. O grupo escolar funcionou até 1971, quando foi extinto pela Lei n. 5.692.

Segundo os documentos consultados, circularam nessas escolas: cartilhas, livros de leitura, livros de literatura infantil, livros de leitura manuscrita, histórias em quadrinhos e manuais de admissão.

As cartilhas consistiam em livros para se ensinar a ler, em cujas lições gradativamente se iam inserindo níveis de dificuldades da língua escrita. Os livros, geralmente escritos em letra de imprensa, serviam para leitura oral em grupo e para tomada de lição individual pelo professor. Os livros de leitura caracterizavam-se por séries escolares, compostas de três a cinco livros, para aprofundamento da capacidade de leitura, incluindo-se uma cartilha. Os livros de literatura infantil destinavam-se à leitura recreativa, sendo usados na escola como leitura auxiliar. Os livros de leitura manuscrita ou paleógrafos eram compilações de textos de diferentes origens e com diferentes objetivos, transcritos em diversos tipos de letra manuscrita. As histórias em quadrinhos eram leituras recreativas, compostas por histórias narradas em quadros, com presença de texto verbal e não verbal e uso de balões. Os manuais de admissão buscavam contemplar o programa escolar em todas as disciplinas como forma de

¹⁶ O *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, de 1910, foi antecedido pelo *Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado*, de 1896, instituído pelo Decreto n. 68 e sucedido pelo *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, de 1927, instituído pelo Decreto n. 759.

¹⁷ Ao que tudo indica, até a formatura da primeira turma da Escola Normal de Paranaíba, ocorrida em 1969, havia apenas cinco professoras normalistas atuando nessa escola primária.

fixar e preparar o aluno para a aprovação nos exames, o que permitia a continuidade dos estudos no ciclo ginasial.

3. Livros didáticos na escola primária de Paranaíba: entre produção cultural e cultura escolar

Os livros didáticos em circulação na escola primária de Paranaíba foram organizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Circulação de livros didáticos na escola primária em Paranaíba (1928-1961)

Título	Gênero	Circulação
<i>Cartas de ABC</i>	cartas de ABC	aulas de leitura
<i>Cartilha da Infância</i>	cartilha	aulas de leitura
<i>Sei Lêr</i>	livros de leitura	aulas de leitura
<i>Leitura Manuscrita</i> – lições coligidas	livro de leitura manuscrita ou paleógrafo	aulas de leitura manuscrita ou de escrita
-	literatura infantil	Biblioteca Escolar
-	literatura infantil	Biblioteca Escolar
<i>O Tico-Tico</i>	histórias em quadrinhos	Biblioteca Escolar
<i>Segundo livro de leitura</i>	livros de leitura	aulas de leitura
<i>Vamos estudar?</i>	cartilha e livros de leitura	aulas de leitura
<i>Caminho Suave</i>	cartilha	aulas de leitura
<i>Série Pedrinho</i>	livros de leitura	aulas de leitura
<i>Brasília</i>	livros de leitura	aulas de leitura
<i>Moderno Questionário de Português</i>	manual de admissão	aulas de leitura
<i>Admissão ao ginásio</i>	manual de admissão	aulas de leitura

Fonte: Acervo particular de L.S.M.; Castilho (2013); Livro de Caixa Escolar das Escolas Reunidas *Sant'Anna de Paranyhyba* (1936-1937); Acervo particular de I.N.Q.; Acervo particular de V.C.F.

No Quadro 1, podemos observar que os gêneros de livros didáticos que circularam nas Escolas Reunidas e no Grupo Escolar foram, em sua natureza, produzidos propositadamente para o ensino da leitura, para circulação nessas aulas. Além deles, foram produzidos também livros de leitura recreativa e auxiliar para circular na Biblioteca Escolar¹⁸ e também para ser usados como material didático na escola.

A compra desses livros era realizada diretamente pela escola nas editoras ou em livrarias firmadas em cidade próxima, a exemplo de São José do Rio Preto/SP, que ficava a 260 km de Paranaíba, fato curioso, pois, em Mato Grosso, a compra de livros didáticos era autorizada pelo Conselho Superior de Instrução Pública (Amâncio, 2011). De acordo com o Art. 88 do *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, materiais e livros a ser adotados nas escolas públicas do estado deveriam ser aprovados por comissão composta pelo diretor geral do ensino, os inspetores gerais e o inspetor médico. Segundo o Art. 8, no exame dos livros escolares, essa comissão deveria observar o estilo, o assunto e os atributos materiais da obra (impressão, formato, qualidade e cor do papel).

Mensagens de presidentes do estado anteriores a esse regulamento já apontam para a aquisição e distribuição de “material de ensino” para as escolas instaladas no Estado. No entanto, esses materiais não chegaram à escola primária de Paranaíba, cujo acervo era restrito às cartas de ABC, o que não destoa do restante do Estado, porque, em 1927, a mensagem do Presidente Mario Corrêa da Costa acusa a carência de “material didactico e escolar” (Mato Grosso, 1927b, p. 122) nas 146 escolas disseminadas pelos municípios. A solução elaborada pela escola, portanto, foi buscar autonomia em suas compras de livro didático: com recursos próprios oriundos da Caixa Escolar¹⁹ ela adquiriu certa diversidade de gêneros, como organizado no Quadro1.

No mesmo regulamento, talvez buscando romper com essa ‘liberdade’, mas também em uma tentativa de produção de livros didáticos

¹⁸ A Biblioteca Escolar das Escolas Reunidas Sant’Anna de Paranaíba foi criada em 1936, por iniciativa da diretora e de membros da Caixa Escolar, e configurou-se como o primeiro espaço escolar para leitura auxiliar nessa escola primária. Estudo sobre a organização, o funcionamento e a instalação desse espaço pode ser consultado em Alves e Bertolotti (2014).

¹⁹ A Caixa Escolar estava prevista no *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado* de 1927, consistindo na arrecadação de fundos junto à sociedade para custear uniformes, livros e outros materiais didáticos e de expediente das escolas públicas do estado de Mato Grosso.

com caráter mais local, o estado de Mato Grosso incentivou sua produção²⁰, conforme Art. 131.

o professor público que compuser alguma obra didática de reconhecida utilidade, a juízo do Conselho Superior do Ensino, terá direito a um prêmio Pecuniário, arbitrado pelo governo do Estado, nunca inferior a 2:000\$000 nem superior a 5\$000\$000, além da impressão e publicação da obra às expensas dos cofres públicos (Mato Grosso, 1927a).

Em relatório de 1942, o Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Alexandre Ferreira Mendes, ainda lastimava a falta de produção própria de livros didáticos adequados à realidade local e regional.

O problema do ensino primário em Mato Grosso, nas pequenas cidades e vilas do interior, apesar do empenho da administração estadual, não está ainda de acordo com os processos da Escola Nova, e isto em nada nos constrange, por isso que é o que se observa geralmente no Brasil. A causa? A falta da formação profissional dos membros do magistério e a falta de um intercâmbio de idéias entre os professores dos diversos Estados brasileiros. E para agravar a situação do ensino primário mato-grossense, há a falta do livro didático apropriado ao meio. Adotam-se nas escolas de todos os tipos, livros didáticos exclusivamente de autores paulistas, pois não temos autores didáticos no Estado. Não obstante reconhecermos a excelência e o valor moral dos livros didáticos dos ilustrados autores paulistas, precisamos convir que, apenas em algumas zonas sulinas de Mato Grosso, limítrofes com o Estado de S. Paulo, há pequenas semelhanças de hábitos e costumes e onde, por isso, tais obras produzem influência no espírito das crianças. No mais, os livros didáticos a que nos referimos cuidam dos assuntos e problemas locais e algumas vezes dos gerais da economia e riquezas brasileiras, que muito influem na alma infantil das crianças das cidades. [...] Os livros didáticos, pois, precisam obedecer de um modo especial aos meios de vida locais, para que, influindo no espírito da

²⁰ Segundo Amâncio e Cardoso (2006), no que tange à produção didática, Mato Grosso foi somente usuário/consumidor do mercado editorial de outras regiões brasileiras, rompendo com essa tradição apenas nos anos de 1970, com a produção da cartilha *Ada e Edu*.

criança, atuem decisivamente na sua formação, atendendo à sua curiosidade natural (Mato Grosso, 1942).

No mesmo relatório, o Diretor apontou para a necessidade de revisão dos programas de ensino como forma de resolver o problema do livro didático.

É medida que se impõe, desde que a educação visa principalmente a adaptar o homem ao meio. Precisa ser feita com meticulosidade, procurando focalizar os assuntos que despertam na alma infantil, o amor ao lugar em que nasceu, como um trecho integrante da Pátria comum. Com êste objetivo devemos resolver o problema do livro didático. Uma comissão composta de Professores de diversos Estados, encarregada de selecionar os livros didáticos a serem adotados, ou incumbida de elaborar outros adequados às diversas modalidades da vida brasileira, parece-nos, será caminho acertado e seguro para se concretizar a obra do ensino quanto a êste importante assunto. Com isto, entendemos mais lembrar que o ensino ministrado nas escolas, encarando os problemas sociais e econômicos do meio em que atua, não pode se circunscrever somente à zona de ação do escolar. A educação deve acompanhar os ensinamentos de tudo o que se relaciona com a vida brasileira, de um modo geral, enraizando no espírito da criança, com o conhecimento das riquezas da terra do berço e das riquezas e esperanças do grande todo, que é a nação, o amor à pátria (Mato Grosso, 1942).

No que diz respeito à circulação de livros didáticos, os reclamos do relator parecem refletir a realidade da escola primária de Paranaíba, caso em que os livros não somente eram comprados no estado de São Paulo, em razão da total ausência de livrarias no município, como também eram, em sua maioria, de autores paulistas, formados pela Escola Normal de São Paulo. Por isso,

Ao que tudo indica, pela circulação de materiais didáticos na escola primária de Paranaíba, um “modelo escolar paulista” prevaleceu em uso, contribuindo para a difusão de um determinado modelo de escola implícito nesses objetos e

materiais culturais que permitiram certa apropriação, a partir de contatos e trocas culturais (Bertoletti, 2013b)²¹.

Aspectos editoriais dos livros didáticos que circularam na escola primária em Paranaíba foram organizados no Quadro 2, onde oferecemos ao leitor um repertório de elementos relacionados ao circuito desse impresso à época (Darnton, 2010).

Quadro 2 – Aspectos editoriais dos livros voltados mais diretamente para ensino da leitura e da escrita que circularam na escola primária em Paranaíba

Título	Autor	Editora	Local	Ano da 1ª edição	Nº de edição localizada
<i>Cartilha da Infância</i>	Thomaz Antonio Galhardo	Livraria Francisco Alves	Rio de Janeiro	1895 ²²	141 ^a
<i>Leitura Manuscrita – lições coligidas</i>	B.P.R	Livraria Francisco Alves	Rio de Janeiro	1909 ²³	24 ^a
<i>Sei Lêr</i>	Theodoro de Moraes	Companhia Editora Nacional	São Paulo	1928	24 ^a e 36 ^a
<i>Caminho Suave</i>	Branca Alves de Lima	Editora Caminho Suave Ltda.	São Paulo	1948	10 ^a
<i>Vamos Estudar?</i>	Theobaldo Miranda	Livraria Agir Editora	São Paulo	1950	73 ^a e 82 ^a

²¹ A análise da expansão do “modelo escolar paulista” na circulação de livros didáticos para ensino de leitura e escrita da escola primária de Paranaíba pode ser vislumbrada em: Bertoletti (2013b).

²² Razzini (2014) assegura que, a partir de abril de 1894, os livros de Thomaz Galhardo passaram a fazer parte do catálogo da Livraria Francisco Alves, tendo sido, antes, publicados pela Teixeira & Irmão.

²³ *Leitura manuscrita* foi publicada pela primeira vez em 1901 pela Tipografia Siqueira (Razzini, 2014).

	Santos				
<i>Admissão ao Ginásio</i>	Aída Costa, Marcius Brandão, Renato Stempniewski e Aurélia Marino	Editora do Brasil S/A	São Paulo	1952	149 ^a
<i>Brasília</i>	Daisy Brésica	Livraria Francisco Alves	Rio de Janeiro	1960	14 ^a
<i>Moderno Questionário de Português</i>	Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira	Editora do Mestre Ltda.	São Paulo	196?	Não identificada

Fonte: Santos (2008); Pereira (2009); Batista (2009); Acervo particular de I.N.Q.; Acervo particular de V.C.F.

Conforme se observa no Quadro 2, os livros didáticos produzidos propositadamente para o ensino de leitura alcançavam grande sucesso editorial, haja vista o número de edições que circularam na escola primária em questão. Isso pode indicar que livros “de ponta” circularam nessa escola, muito embora não houvesse, à primeira vista, a subvenção do Estado, conforme examinado no tópico 2.

As editoras pertenciam ao circuito Rio-São Paulo e figuravam entre as primeiras do país que, à sua época (Hallewell, 2005), investiam fortemente no setor didático, como indicam os dados que seguem.

A Livraria Francisco Alves, oriunda da Livraria Clássica, fundada em 1854, foi considerada pioneira no ramo editorial brasileiro e figurou por muitos anos como a principal casa editora do Brasil no campo de livros didáticos (Bragança, 2004). Como se pode observar no Quadro 2, no período abordado, essa editora produziu a maioria dos livros didáticos que circularam na escola primária de Paranaíba, seja em livros avulsos, como cartilhas e livros de leitura manuscrita, seja em coleções, como os livros de leitura.

Todavia, essa livraria não manteve o domínio absoluto sobre o mercado editorial dos livros didáticos. A Companhia Editora Nacional, fundada em 1925 por José Bento Monteiro Lobato (1882-1948) e Octalles Marcondes Ferreira (1901-1973), passou a concorrer com a Livraria

Francisco Alves. A partir de 1930, ocupou paulatinamente o terreno do mercado escolar antes ocupado por aquela (Bragança, 2004), investindo fortemente no setor de coleções (Dutra, 2004), a exemplo de uma série de livros de leitura que circulou na escola primária de Paranaíba.

Em 1943, a Companhia Editora Nacional, por iniciativa de seis professores responsáveis pelo setor de livros didáticos, deu origem à Editora do Brasil, que se tornou importante na edição desse tipo de material (Hallewell, 2005). Valendo-se da experiência adquirida com a edição de coleções, editou os livros que também circularam na escola primária em Paranaíba.

A Livraria Agir Editora, fundada em 1944 por Alceu Amoroso Lima (1893-1983), tinha por objetivo editar livros de autores católicos. Por meio dela, esse educador e intelectual criou uma rede transnacional com editoras do Chile e da Argentina (Rodrigues, 2006). Embora em Paranaíba tenha circulado uma única coleção dessa editora, pode-se afirmar que ela foi uma das que mais marcou a escola primária do município, no que diz respeito a livros de leitura, uma vez que essa coleção persiste nas reminiscências de ex-alunos e ex-professores como símbolo de livro didático da escola primária.

A Editora Caminho Suave Ltda., fundada em 1948 por Branca Alves de Lima (1911-2001), é considerada a única editora do país que adotou o nome de seu próprio livro didático, do qual a autora foi também a editora. Ao longo dos anos, a cartilha tornou-se série, com 1º, 2º, 3º e 4º livros e outros materiais que vieram se juntar a ela: folheto ilustrado; manual do professor; cartazes; testes, além de baralhos, miniaturas dos cartazes (Mortatti, 2000). Ao lado dos livros de leitura da Livraria Agir Editora, a cartilha foi preferida por longo tempo na escola primária de Paranaíba, conforme dados obtidos de fontes orais²⁴.

Pelos livros que circularam na escola primária de Paranaíba, o mercado de livros didáticos configurava-se muito mais pela edição de séries e coleções do que por títulos avulsos. Segundo Silva (2014), essa estratégia, fórmula editorial de grande sucesso que marcou a paisagem editorial na França oitocentista, tem lugar destacado na historiografia do livro e das edições. Baseando-se nos estudos de Mollier (2008) e Olivero (1999), a autora afirma textualmente que, além de franquear o

²⁴ Não encontramos, até o momento, dados sobre a Editora do Mestre S.A, apenas consta que se localizava na Rua Tenente Gomes Ribeiro, 208, em São Paulo/SP.

reconhecimento do objeto físico, graças a suas características comuns, as coleções também representam um barateamento do custo final de cada livro. A isso se acrescentam a conquista e a garantia do público leitor: se o primeiro livro da coleção fosse lido/usado²⁵, muito provavelmente os seguintes também seriam adotados para leitura/uso. Isso pode explicar o pequeno número de títulos de livros didáticos em circulação na escola primária de Paranaíba ao longo do período abordado: 1928 a 1961. Ou seja, por mais de 30 anos foram localizados oito títulos diferentes nas duas escolas em estudo, organizados, em sua maioria, em séries ou coleções que correspondiam a quatro ou cinco livros por título para todos os anos de ensino primário. Logo, se considerados todos os volumes da série ou coleção, o número de títulos amplia-se em quatro ou cinco vezes, passando de oito para 40 títulos.

Os autores mencionados no Quadro 2 eram normalistas formados pela Escola Normal de São Paulo e, em sua maioria, entre tantas outras funções, atuavam no ensino primário como professores. Talvez por isso, seus livros, especialmente os que circularam na escola primária de Paranaíba, tenham sido considerados pioneiros em muitos aspectos.

Cartilha da Infância, de Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo (1855-1904)²⁶, foi uma das primeiras a aplicar o método sintético, “considerado como ‘moderno’ por uma geração de professores formados pela Escola Normal de São Paulo que assumiriam cargos e funções diretivas na instrução pública desse estado [...] tendo sido a cartilha que alfabetizou o maior número de brasileiros em sua época” (Santos, 2007, p. 340). As lições eram iniciadas com a letra em estudo seguida da classificação fonética, entre parênteses, e das sílabas, em diferentes ordenações, separadas por hifens. Ao pé da página, havia um conjunto de sentenças independentes entre si, com as palavras separadas em sílabas, para leitura. Somente nas lições finais da cartilha apresentavam-se textos mais longos, mas ainda com palavras separadas em sílabas.

²⁵ Em geral, os livros didáticos não são considerados como material de leitura, mas sim de uso; por isso, optamos por manter a dualidade em nossa forma de expressão.

²⁶ Estudo detalhado sobre a *Cartilha da Infância* e a atuação de Thomaz Galhardo no ensino da leitura e da escrita pode ser vislumbrado, sobretudo, em Santos (2008).

Leitura Manuscrita – lições coligidas, de BPR²⁷ foi, segundo Batista (2009, p. 164-165), a

obra [que] rompe com o modelo de organização bipartida dos paleógrafos anteriores, por conter apenas a antologia de textos, sem fazer a apresentação prévia das letras do alfabeto em diferentes tipos de escrita. Apesar disso, pequenos quadros, com pautas, apresentam, quando a reprodução do texto não ocupa toda a página, numerais, letras do alfabeto maiúsculas, minúsculas, assim como máximas e provérbios. Introduz a antologia um texto assinado pelo autor, BPR, na forma de um diálogo, inicialmente entre dois irmãos (um menino e uma menina), em seguida entre estes e o pai, sobre a caligrafia e sua função. A partir daí se apresenta a coletânea de textos, de diferentes autores, composta tanto de narrativas de fatos históricos ou de biografias (Bartolomeu Bueno da Silva, Bartolomeu Gusmão, os Andradas, a invenção da imprensa, dentre outros) quanto de textos – e se trata de uma segunda ruptura promovida pela obra em relação às demais – de uma literatura dirigida à leitura da criança na escola (adaptações de fábulas, poemas, pequenas narrativas). A ocorrência, ainda, de autores de livros de instrução do final do século XIX entre as personagens biografadas é também um diferencial entre o livro e os demais paleógrafos [...]. Conhecidos autores de cartilhas e de livros de leitura estão entre os biografados: Felisberto de Carvalho, Hilário Ribeiro, o Barão de Macaúbas e Joaquim Manoel de Macedo.

Sei ler, de Theodoro Jeronymo de Moraes (1877-1952)²⁸, foi uma série de leitura graduada, que contribuiu para a formação de diferentes gerações de crianças ao longo de quase três décadas (Pereira, 2009). Os três livros da Série Cesário Motta: *Sei ler*: leituras intermediárias (1928); *Sei ler*: 1º livro de leitura (1928); e, *Sei ler*: 2º livro de leitura (1930), contribuíram para a formação de diferentes gerações de crianças ao longo de quase três décadas (Pereira, 2009). Esses livros baseavam-se no método

²⁷ Segundo Razzini (2014), BPR eram Alfredo Bresser, Romão Puiggari (1865-1904) e Ramon Roca Dordal (1875-1938).

²⁸ Um estudo minucioso da série de leitura *Sei ler*, de outros materiais didáticos e de outros textos de Theodoro de Moraes, analisando o pioneirismo do autor no ensino da leitura no Brasil, pode ser encontrado, sobretudo, em Pereira (2009).

analítico, institucionalizado no estado de São Paulo em 1909²⁹ (Mortatti, 2000), e defendido, divulgado, fundamentado cientificamente e reafirmado por seu autor em inúmeras ações. Os exemplares não vinham acompanhados de especificações explícitas de que estavam de acordo com esse método, pois, no momento histórico de sua publicação, não havia essa necessidade (Pereira, 2009). A série é composta por historietas que aumentam progressivamente em complexidade estrutural e formal, de um livro para outro, e também por poemas intercalados entre as historietas, versos, quadrinhas e provérbios populares.

Como o maior sucesso editorial do Brasil, *Caminho Suave* deu a Branca Alves de Lima, sua autora, exitosa carreira (Mortatti, 2000). Com método indicado como *alfabetização pela imagem*, as lições da cartilha buscam associar a palavra-chave à figura que representa, ou seja, relacionar signifiicante ao significado. Assim, em todas elas, destaca-se uma palavra sobreposta ao formato de sua imagem, apresenta-se um texto curto, uma lista de outras palavras da mesma família semântica e as sílabas da palavra. Todas as lições trazem exercícios para fixação do conteúdo.

Vamos estudar?, de Theobaldo Miranda Santos (1904-1971)³⁰, é uma série em 13 volumes, composta por cartilha e livros de leitura e conhecimento para todas as séries do ensino primário, com adaptações regionais. Os livros da série versam de maneira independente, em cada volume, sobre as disciplinas Linguagem, História do Brasil, Geografia do Brasil, Ciências Naturais e Higiene e Matemática. A partir de 1969, em virtude do Decreto-Lei n. 869, foi incluída a disciplina Educação Moral e Cívica (Oliveira, 2011). Essa série didática contempla, portanto, todo o programa do ensino primário e, segundo o autor, foi assim construído para atender às condições econômicas dos alunos, que, em sua grande maioria, não tinham recursos para comprar livros (Santos, 1973). De acordo com seu autor, os textos são “genuinamente brasileiros” e correspondem ao intuito de abordar interesses e necessidades reais do país, numa sequência

²⁹ Em 1920, pela Lei n. 1750, a Reforma Sampaio Dória, no estado de São Paulo voltou a garantir a autonomia didática do professor, que desobrigava o uso do método analítico para ensino da leitura e da escrita. Em Mato Grosso, no entanto, esse método veio prescrito no *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*, de 1927.

³⁰ Estudo sobre a produção e circulação do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos e sobre as atividades de redação nos livros didáticos desse autor podem ser vislumbrados, respectivamente, em Almeida Filho (2008) e Oliveira (2011).

que configura uma viagem de norte a sul. A “viagem de norte a sul” é revelada gradualmente nas lições, com textos relacionados à vida diária da criança e também com poemas, fábulas e contos de fadas.

Admissão ao ginásio, de Aída Costa, Marcius Brandão, Renato Stempniewski e Aurélia Marino³¹, era composto por conteúdos das disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, sendo que Aída Costa foi a autora da parte de Português. Se levarmos em consideração depoimentos memorialísticos, podemos afirmar que esse livro foi largamente utilizado no ensino da leitura e da escrita. Até 1969, ele alcançou 548 edições (Ermel & Bastos, 2012). A parte de Português era composta de texto e gramática. O texto, que não ocupava mais do que duas laudas, era reproduzido na íntegra ou em fragmentos, com explicitação de vocabulário, na sequência. A gramática era exposta com base em conceitos e exemplos. Na maioria dos casos, havia exercícios de fixação do conteúdo.

Brasília, de Daisy Brésia, figurando na lista dos livros didáticos mais usados nos anos de 1960, também era uma série composta por cartilha e quatro livros de leitura, um para cada ano do ensino primário (Camargo, 2013). Seu título é uma homenagem à capital da república, recém-inaugurada, embora em suas lições não haja nenhuma menção a Brasília. Na cartilha, a autora parte de palavras para decompô-las em sílabas, o que caracterizaria o método analítico de leitura. Porém, ela mesma afirma textualmente que se utilizava do método analítico-sintético, característico da produção de cartilhas do período³². Nos livros de leitura, textos representativos da *literatura infantil didática*, como avalia o prefaciador da série, Máximo de Moura Santos, compõem as lições, sendo sucedidos por um vocabulário. Cada livro vem acompanhado de um caderno de exercícios e noções gramaticais.

Moderno Questionário de Português, de Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira, era um manual de admissão, cujas lições centravam-se em conceitos, exemplos e “exemplos ilustrados” de gramática normativa. Havia alguns exercícios de aplicação e modelos de provas dos exames de admissão. Havia, também, a parte de redação em que se propunha um tema

³¹ Até o momento, não obtivemos dados biográficos desses autores, nem das duas que seguem, por isso não indicamos anos de nascimento e morte.

³² Sobre a hegemonia do método analítico-sintético na alfabetização dos anos de 1920 a 1970, consultar, sobretudo, Mortatti (2000).

e, em seguida, se exemplificava com uma “composição” produzida por alunos que haviam obtido os primeiros lugares naqueles exames.

Para além das marcas específicas, pode-se notar, no conjunto desses livros didáticos, o esforço da escola e notadamente o dos professores para cumprir o programa determinado para a escola primária, o qual era constituído por um vasto conjunto de saberes elementares para além da aquisição da leitura e da escrita, a saber:

1º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia; ciências físicas e naturais; educação higiênica; instrução moral e cívica; desenho; trabalhos manuais; canto.

2º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia; história do Brasil; educação moral e cívica; desenho; educação higiênica; trabalhos manuais; educação física.

3º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia e cosmografia; história do Brasil; instrução moral e cívica; geometria e desenho; ciências naturais; higiene.

4º ano – Leitura e linguagem oral e escrita; aritmética; geografia e cosmografia; história do Brasil; ciências físicas e naturais; instrução moral e cívica; geometria e desenho; educação higiênica; trabalhos manuais (Mato Grosso, 1927^a).

Por outro lado, a diversidade metodológica dos livros induz-nos a afirmar que as prescrições pedagógicas do estado ou eram desconhecidas pelos professores ou eram burladas por eles, uma vez que os métodos previstos em lei eram bastante restritivos.

[...] Os professores observarão, no seu trabalho educativo, entre outras, as seguintes normas básicas:

1) passarão sempre, no ensino de qualquer disciplina, do concreto para o abstrato, do simples para o composto e o complexo, do imediato para o mediato, do conhecido para o desconhecido:

- 2) farão o mais largo *emprego da intuição*;
- 3) conduzirão a classe às regras e às leis pelo caminho da indução;
- 4) conservarão de vista a finalidade educativa e procurarão o melhor caminho para _lcança-la;
- 5) *empregarão, no ensino da leitura, o método analítico*;
- 6) estudarão os seus alunos para os conduzir de acordo com a capacidade de cada um;
- 7) promoverão pela instrução, o desenvolvimento harmonioso de todas as faculdades infantis;
- 8) transformarão os seus alunos em colaboradores;
- 9) tornarão as suas lições interessantes;
- 10) educarão pela palavra e pelo exemplo;
- 11) evitarão a rotina e acompanharão de parte as lições, a experiência didática e da ciência pedagógica (Mato Grosso, 1927^a, *itálicos nossos*).

Circulavam na escola primária de Paranaíba, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, livros didáticos baseados em métodos analíticos, sintéticos e analítico-sintéticos, assim como livros de leitura e manuais que representavam todo o programa do ensino primário, porém especialmente fundados em prescrições paulistas, haja vista seus autores e sua formação.

Os textos dos livros didáticos eram organizados em dois grupos: um, formado por textos artificiais produzidos para fixação do conteúdo, de modo “suave e gradativo”, geralmente escritos pelo próprio autor do livro; outro, formado por textos de ficção que compunham o acervo do que era considerado como literatura infantil, visando à leitura recreativa. Circulavam também objetos produzidos propositadamente para fins recreativos, o que corresponde ao segundo grupo de livros didáticos que circularam pela escola primária de Paranaíba: livros de literatura infantil e histórias em quadrinhos, conforme Quadro 3.

Quadro 3 – Gênero de livros que circularam na Biblioteca Escolar da escola primária em Paranaíba

Gênero	Autor	Editora
Literatura infantil	Vários	Companhia Editora Nacional
Literatura infantil	Vários	Livraria e Editora Paulicea
Histórias em quadrinhos	Vários	Sociedade Anônima O Malho

Fonte: Livro de Caixa Escolar das Escolas Reunidas *Sant' Anna de Paranyhyba* (1936-1937)

De acordo com os dados do Quadro 3, livros de literatura infantil e histórias em quadrinhos circularam na escola primária em Paranaíba, em especial, nas Escolas Reunidas Sant' Anna de Paranyhyba. Embora não tenhamos obtido dados dos títulos de livros de literatura infantil adquiridos para a Biblioteca Escolar, encontramos registros das editoras: Companhia Editora Nacional e Livraria e Editora Pauliceia. A primeira tornou-se, como já foi exposto, uma das primeiras editoras do Brasil no ramo didático. Em 1933, entre os 1.192.000 exemplares produzidos, 467 mil eram de títulos voltados para educação, 429.500 de livros para crianças (dentre os quais, 90 mil eram de seu fundador, Monteiro Lobato) e 107 mil de literatura popular (Hallewell, 2005). Já a segunda, fundada em 1904, localizava-se na Rua Duque de Caxias, 31, em São Paulo/SP e, além de importadora de livros editados em Portugal, era também editora de “livros de modinhas, romances populares, sonhos para jogo, gulas para cozinheiros, confeitadores e vasta coleção de histórias morais e instrutivas para crianças” (Livraria e Editora Paulicea, 1926). De acordo com folheto publicitário publicado em 1926, “Esta casa recomenda-se pela sua seriedade e escrupulosa escolha dos livros que publica, o que prova com os longos anos de sua existência e com a sua numerosa freguesia espalhada por todos os cantos do Brasil” (Livraria e Editora Paulicea, 1926).

Os dados coletados indicam, em acréscimo, que a revista infantil *O Tico-Tico* fez parte do acervo da biblioteca escolar examinada. Conforme pesquisa, esse periódico infantil circulou com frequência entre 1905 e 1956, passando, então, a circular em edições especiais e de forma esparsa até 1970 (Rosa, 2002). Os depoimentos de escritores que colaboraram na

edição do cinquentenário da revista, como Gilberto Freire, Carlos Drummond de Andrade (Cinquentenário..., 1956), evidenciam que a revista contribuiu intensamente para a cultura e o imaginário dos leitores de sua época. Publicada pela *Sociedade Anônima O Malho*, cuja direção cabia a Luís Bartolomeu de Souza e Silva, editor da revista homônima ilustrada, *O Tico-Tico* foi idealizada pelo médico e escritor Manoel Bomfim, pelo poeta Cardoso Júnior e pelo redator e ilustrador Renato de Castro. Era grande novidade na época, uma vez que trazia histórias de aventura, adivinhações, prêmios, lições de coisas, páginas de armar. Esses aspectos foram potencializados pelas mãos de caricaturistas célebres da imprensa ilustrada, como Angelo Agostini, idealizador dos personagens Juquinha, Lamparina, Jujuba, Carrapicho, e J. Carlos, responsável por sofisticados cabeçalhos e a seção “Lições do Vovô” (Lima, 1963, p. 155-156). Chama a atenção, no que tange aos aspectos da cultura escrita, que se tenha privilegiado na composição do acervo da biblioteca tantos livros infantis, como revistas em quadrinhos do feitio de *O Tico-tico*. Em que pese a possível escolarização desse tipo de material, que concomitantemente instrua e divertia, ele, em alguma medida, contribuía para a problematização dos níveis da cultura escrita examinada.

Considerações Finais

Neste artigo, compreendemos o livro didático como objeto da cultura escrita que circula na escola, conformando-a segundo saberes considerados necessários a uma época e que estão circunscritos não somente aos aspectos pedagógicos, mas também a um conjunto de fatores culturais e sociais determinantes para sua hegemonia. Dessa perspectiva, examinamos a circulação de livros didáticos na escola primária de Paranaíba, procurando identificar as características desses impressos no tocante aos aspectos editoriais e à configuração do ensino de leitura naquele modelo de escola, entre 1928 e 1961.

Podemos sintetizar os resultados desse exame da seguinte maneira. Na escola primária de Paranaíba circulou uma diversidade de gêneros de livros didáticos, que, se não variavam em títulos, variavam quanto à metodologia adotada. Esse aspecto levou-nos a questionar se o prescrito pelo estado de Mato Grosso era desconhecido ou ignorado pelos professores e a inferir certa “autonomia didática” naquela escola primária, seja pela compra de livros sem o crivo estatal, seja pela própria “liberdade” de escolha e de cumprimento do programa.

A diversidade, no entanto, não foi constatada na origem dos livros didáticos. Como estes eram oriundos do eixo Rio-São Paulo, é bem possível que um modelo cultural externo ao estado tenha prevalecido, conformando a cultura local, apesar dos reclamos oficiais. Resta saber em que medida os usos e as apropriações do livro didático pelos professores confirmaram ou não esse intercâmbio.

Apesar disso, é importante notar que livros pioneiros e importantes, de autores e editoras renomados e especializados, incluídos em projetos editoriais estratégicos e que acompanhavam as discussões “pelo alto” no que diz respeito à “querela dos métodos”, à emergência dos exames e à necessidade de disseminação da leitura recreativa no Brasil, circularam na escola primária de Paranaíba. Talvez por isso, esses livros sejam representativos da permanência do livro didático na escola brasileira formando e conformando a cultura escolar, haja vista, sobretudo, os aspectos editoriais analisados.

No que diz respeito aos saberes relativos ao ensino da leitura e da escrita, prevaleceu o ensino gramatical, o que nos permite inferir que o objetivo da disciplina Português era centralizado em levar o aluno a ter domínio da norma culta ou língua padrão, estando leitura e escrita submetidas a esse objetivo. A concepção de língua configurava-se como sistema de regras e, por isso, ensinar a ler e a escrever era ensinar a conhecer o sistema linguístico. De acordo com Bertoletti (2011, p. 35), “foi esse o caráter fundamental da disciplina língua portuguesa que se solidificou em sua constituição e lhe garantiu o *status* que tem hoje como disciplina indispensável no processo de escolarização”.

Em suma, podemos entender que os livros didáticos que circularam na escola primária de Paranaíba conformaram amplamente sua cultura escolar à época.

Referências

Album Gráfico do Estado de Mato Grosso (E. E. U. U.). (1914). São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (Reimpressão em 2006).

Almeida Filho, O. J. (2008). *A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Alves, L. M. A. (1994). *O processo de expansão escolar em Mato Grosso: 1910-1946: uma abordagem histórica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Alves, R. P., & Bertoletti, E. N. M. (2014, Janeiro/Julho). A Biblioteca Escolar das Escolas Reunidas de Paranahyba (1936): contribuições para a história da leitura em Mato Grosso do Sul. *Revista Linha Mestra*, VIII(24), 2981-2984.

Amâncio, L. N. B. (2011). Alfabetização nos grupos escolares em Mato Grosso: início do século XX. In N. P. Sá, & E. F. Sá, *Revisitando a história da escola primária – Os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república* (p. 55-88). Cuiabá, MT: EdUFMT.

Amâncio, L. N. B., & Cardoso, C. J. (2006). Parte III – Mato Grosso. In I. C. A. Frade, & F. I. P. Maciel (Orgs.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)* (p. 191- 278). Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE.

Batista, A. A. G., & Galvão, A. M. O. (2009). *Livros escolares de leitura no Brasil – elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras.

Batista, A. A. G. (1999). Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In Abreu, M. (Org.), *Leitura, história e história da leitura* (p. 529-575). Campinas, SP: Mercado de Letras.

Batista, A. A. G. (2009). Dos papéis velhos aos manuscritos impressos: paleógrafos ou livros de leitura manuscrita. In A. A. G. Batista, & A. M. O. Galvão. *Livros escolares de leitura no Brasil – elementos para uma história* (p. 153-178). Campinas, SP: Mercado de Letras.

Bertoletti, E. N. M. (2011). *Reformas da disciplina língua portuguesa em Mato Grosso do Sul* (Relatório de Pós-doutorado). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

Bertoletti, E. N. M. (2013^a). *Organização da escola primária em Paranaíba/MS (1935-1975)*. In *Anais do 7º Congresso Brasileiro de História da Educação: circuitos e fronteiras da História da Educação no Brasil*, Cuiabá, MT.

Bertoletti, E. N. M. (2013b). Material didático para o ensino da leitura e da escrita na memória da escola primária em Mato Grosso do Sul (Paranaíba. 1930-1960). In *Anais do 2º Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita*, Belo Horizonte, MG.

Bragança, A. (2004). A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In *Anais do 1º Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*, Rio de Janeiro, RJ. Acessado em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/anibalbraganca.pdf>

Camargo, B. L. (2013, 15 de Julho). *Imagens – Escola. Coleção Brasília (de Daisy Brécia)*. Acessado em: <http://www.anosdourados.blog.br/2013/07/imagens-escola-colecao-brasil-de.html>

Campestrini, H. (2002). *Santana de Paranaíba – de 1700 a 2002*. Campo Grande, MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.

Castilho, M. F. (2013). *História da alfabetização em Paranaíba-MS (1942-1970) na memória de professores* (Monografia de Especialização). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba.

Choppin, A. (2002, Abril). O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, (11), 5-24.

Choppin, A. (2004, Setembro/Dezembro). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 549-566.

Choppin, A. (2009, Janeiro/Abril). O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *História da Educação*, 13(27), 9-75.

Cinquentenário de O Tico-Tico, retrospecto da vida de O Tico-Tico, da sua fundação até os nossos dias. Noticiário e homenagens diversas a tradicional publicação. (1956). Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Anônima O Malho.

Darnton, R. (2010). *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Dutra, E. F. (2004). Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional no Brasil dos anos 30. In *Anais do 1º Seminário*

Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro, RJ. Acessado em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>

Ermel, T. F., & Bastos, M. H. C. (2012, Maio/Junho). Ingresso ao ginásio: os manuais de preparação ao exame de admissão (1950 – 1970). *Revistas UDESC*, 2(2). Acessado em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/EnsinoMedio/article/view/2559>

Hallewell, L. (2005). *O livro no Brasil – sua história* (2ª ed., rev. Ampl.). São Paulo, SP: Edusp.

Lima, H. (1963). *História da Caricatura no Brasil* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.

Livraria e Editora Paulicea (1926). *Folheto publicitário*. São Paulo, SP. (Não paginado).

Mato Grosso (1927^a). *Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado*. Cuiabá, MT. (Não paginado).

Mato Grosso (1928). *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado pelo Governador Mário Corrêa, em 1928*. Cuiabá, MT. (Não paginado).

Mato Grosso. (1927b). *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa do Estado pelo Governador Mário Corrêa da Costa, em 1927*. Cuiabá, MT. (Não paginado).

Mato Grosso, Diretoria Geral da Instrução Pública. (1942). *Relatório referente ao ano de 1942 do professor Francisco Alexandre Ferreira Mendes. Diretor Geral*. Cuiabá, MT. (Não paginado).

Mato Grosso, Diretoria Geral da Instrução Pública. (1943). *Relatório referente ao ano de 1942 do professor Francisco Alexandre Ferreira Mendes. Diretor Geral*. Cuiabá, MT. (Não paginado).

Mollier, J-Y. (2008). *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural* (E. Nazarian, trad.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Mortatti, M. R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização. São Paulo (1876/1994)*. São Paulo, SP: Unesp.

Munakata, K. (2014). A legislação como fonte de história do livro didático, numa época em que supostamente não havia leis sobre isso e muito menos a história do livro didático. In M. R. L. Mortatti, & I. C. A. S. Frade (Orgs.). *História do ensino de leitura e escrita – métodos e material didático* (p. 315-333). São Paulo, SP: Unesp.

Oliveira, A. R. (2011). *As atividades de redação em livros didáticos (1955-1973) de Theobaldo Miranda Santos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Olivero, I. (1999). *L'invention de la collection : de la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX siècle*. Paris: Éditions de L'IMEC.

Pereira, B. C. (2009). *Theodoro de Moraes (1877-1956): um pioneiro no ensino da leitura pelo método analítico no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Marília.

Pfromm Neto, S., Rosamilha, N., & Dib, C. Z. (1974). *O livro na educação*. Rio de Janeiro, RJ: Primor.

Razzini, M. P. G. (2014). O poder dos livros de leitura no início do século XX. In M. R. L. Mortatti, & I. C. A. S. Frade (Orgs.). *História do ensino de leitura e escrita – métodos e material didático* (p. 291-313). São Paulo, SP: Unesp.

Rosa, Z. P. (2002). *O Tico-Tico: meio século de ação política e pedagógica*. Bragança Paulista, SP: Edusf.

Rodrigues, C. M. (2006). *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

Sá, N. P., & Sá, E. F. (2011). A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). In N. P. Sá, & E. F. Sá, *Revisitando a história da escola primária – Os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república* (p. 29-53). Cuiabá, MT: EdUFMT.

Santos, L. G. (2007). Um estudo sobre *Cartilha da Infância* (188?), de Thomaz Galhardo. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 7(3), 332-342.

Santos, L. G. (2008). *Um estudo sobre Cartilha da Infância (1880), de Thomaz Galhardo* (Monografia de Conclusão de Curso). Universidade Estadual Paulista, Marília.

Santos, T. M. (1973). *Vamos Estudar?* (113ª. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Agir.

Silva, M. C. (2014). De como educar meninas e moças pela leitura de romances em coleções (1930-1960). In S. Camara (Org.), *Pesquisa(s) em história da educação e da infância: conexões entre ciência e história* (p. 517-536). Rio de Janeiro, RJ: Quartet.

Soares, M. (1996, Novembro/Dezembro). Um olhar sobre o livro didático. *Presença Pedagógica*, 2(12), 53-63.

Vinão, A. (2008, Setembro/Dezembro). A história das disciplinas escolares (M. F. Braga, trad.). *Revista Brasileira de História da Educação*, (18), 173-215.

Endereço para correspondência:

Estela Natalina Mantovani Bertoletti

Rua Padre Adeodato Carmelo Schembri, 390
Sta. Mônica - Paranaíba/MS – CEP: 79.500-000
E-mail: estelanmb@gmail.com

Márcia Cabral da Silva

Rua Marechal Jofre 267/104 – Grajaú
Rio de Janeiro - CEP: 20560-180
E-mail: marciacs@ism.com.br

Submetido em: 14/04/2015

Aprovado em: 17/05/2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.